

# Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos  
organizadores



# Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos  
organizadores

Brasília  
**FAC/UNB**  
2018

capa Rafiza Varão  
diagramação Rafiza Varão  
revisão Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB  
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,  
Brasília - DF, CEP: 70910-900  
Telefone: (61) 3107-6627  
E-mail: fac.livros@gmail.com

## DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

## VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

## CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

## CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

## CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

## COORDENADORA EDITORIAL

Rafiza Varão

### Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

P912 Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo /  
Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos, organizadores. –  
Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.  
241 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: <[https://faclivros.wordpress.com/  
category/livros/](https://faclivros.wordpress.com/category/livros/)>.

ISBN 978-85-93078-34-7  
1. Jornalismo – Ensino. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Pinheiro,  
Elton Bruno, (org.). II. Varão, Rafiza, (org.). III. Barcellos, Zanei, (org.). CDU 37:07



Feliz é o  
professor  
que  
aprende  
ensinando

*Cora Coralina*

# Sumário

9 Apresentação

## Parte I: TEORIA

13 Para que teorias? O fazer e o saber do Jornalismo  
Luiz Carlos Iasbeck

23 Jornalista profissional: novas competências para o egresso do bacharelado em Jornalismo  
Maria Elisabete Antonioli

33 A Transitoriedade da mídia impressa para o formato digital: reflexões da narrativa visual, multimídia e multimodal da notícia  
Suzana Guedes Cardoso

47 Os rumos do ensino do Jornalismo: o desafio de formar um novo profissional  
David Renault

61 Formação superior em Jornalismo: Análise de diretrizes e propostas de universidades brasileiras  
Edileuson Santos Almeida, Ada Cristina Machado da Silveira

73 Redações integradas e trabalho jornalístico: O uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador  
Carlos Figueiredo

## Parte II: ENSINO

**87** Experiência didática em Jornalismo: ensino com pesquisa sobre sites de notícias de Cuiabá (MT)

Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini

**99** Repórter UFMA e Imperatriz Notícias: relatos sobre as produções audiovisual e em *web* do curso de Jornalismo na UFMA de Imperatriz

Lívia Cirne, Lucas Reino, Marco Antônio Gehlen, Thaísa Bueno, Vítor Belém

**109** Experiência de um ensino de linguagem sonora para curso de Jornalismo

Nivaldo Ferraz

**119** O desafio do ensino do Jornalismo frente às mídias móveis

Rose Mara Pinheiro

**129** O ensino de Jornalismo e a convergência: Integração das redações como proposta pedagógica

Fábio Sadao Nakagawa, Suzana Oliveira Barbosa, Washington José de Souza Filho

**139** Impasses e oportunidades para o ensino de Jornalismo: o binômio perfil multitarefas e os processos de precarização

Dione Oliveira Moura, Ana Carolina Kalume Maranhão

**149** A perspectiva de gênero no ensino do Jornalismo: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR

Bruna Aparecida Camargo, Karina Janz Woitowicz

163 Ambientes, veículos, processos de produção e  
jornalistas mutantes: uma proposta didático-pedagógica  
Zanei Ramos Barcellos

## Parte III: Diretrizes

177 Novas diretrizes, velhas questões: o currículo do curso de  
jornalismo, antes e depois das DCN  
Marcio da Silva Granez

189 Cidadania nas DCN e Jornalismo Comunitário: breve  
reflexão sobre um panorama nacional do  
ensino de Jornalismo  
Cláudia Regina Lahni

203A Política de Extensão Acadêmica nas Diretrizes  
Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo  
Elton Bruno Pinheiro

215 O lugar da ética: Uma análise das recomendações sobre o  
ensino de ética e jornalismo nos cursos do Centro-Oeste  
após 2013  
Rafiza Varão



# Parte III

# DIRETRIZES





Rafiza Varão

# O LUGAR DA ÉTICA

Uma análise das recomendações sobre o ensino de ética e jornalismo nos cursos do Centro-Oeste após 2013

## Introdução

A segunda metade da década de 2010 talvez seja lembrada como um período em que a credibilidade das comunicações, sobretudo em redes digitais, passou a ser questionada de forma tão intensa que gerou, inclusive, termos da moda - e questionamentos acerca da ética do jornalismo e dos jornalistas. Em 2016, por exemplo, pós-verdade foi eleita palavra do ano pelo *Dicionário Oxford*, sendo definida como um adjetivo “[...] ‘relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief’”<sup>1</sup>. Em 2017 e 2018, graças sobretudo à campanha eleitoral nos Estados Unidos e ao início do mandato de Donald Trump naquele país, *fake news* passou a ser vocábulo corriqueiro<sup>2</sup>.

Nesse último caso, a vinculação ao jornalismo é realizada de maneira mais contundente, embora nem sempre a expressão *fake news* seja realmente associada à produção noticiosa. Mesmo assim, a própria formação do oxímoro *fake news* denota uma descrença na produção jornalística como conectada à produção de conteúdos verdadeiros, premissa que está na base do que se compreende, deontologicamente e ontologicamente, como uma de suas características éticas. Esta premissa está presente no *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros* que afirma: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”.

A preocupação com questões éticas no que diz respeito ao jornalismo, entretanto, não se limita às questões de veracidade ou de credibilidade diante de um público consumidor, mas é entendida como substância do próprio fazer jornalístico. Não à toa, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para os cursos de Jornalismo em 2013 estabelecem metas no ensino/aprendizagem da ética na formação do bacharel em Jornalismo que possibilitem a formação de um profissional que, para além das demandas de mercado e da exigência de credibilidade como certificação de sua atividade, esteja comprometido com os princípios éticos mais gerais, em concordância não só com os códigos deontológicos, mas com a própria reflexão ética.

Tendo como data limite de implantação o ano de 2016, as DCN para o curso de Jornalismo são enfáticas ao afirmarem, em seu artigo 4º, que

[...] a elaboração do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos:

.....  
1 “[...] relacionadas ou denotando circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”. Tradução da autora.

2 O mesmo fenômeno se repetiu no Brasil, nas eleições presidenciais de 2018.

I-formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento (BRASIL, 2013, p.2)

Este capítulo busca apresentar e analisar, por meio de análise de conteúdo, como a meta da competência ética é implementada pelo Projeto Pedagógico dos seis cursos de Jornalismo oferecidos por universidades públicas na região Centro-Oeste (colocar os nomes aqui), relacionando os dados encontrados à definição de ética subjacente tanto às DCN quanto aos projetos analisados.

## A ética para o curso de Jornalismo antes das DCN de 2013

Diretrizes Curriculares Nacionais dizem respeito à normas gerais para a elaboração de currículos de cursos superiores no Brasil, em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), “em torno de iniciativas que permitam o fortalecimento de ações comuns relativas à busca da melhoria da qualidade do ensino de graduação”<sup>3</sup>.

No caso do curso de Jornalismo, especificamente, há quatro grandes momentos anteriores às diretrizes de 2013<sup>4</sup>:

- 1) Período de 1946 a 1968: nessa fase, as orientações padronizadoras da formação em Jornalismo eram apresentadas em documentos governamentais, os currículos mínimos, que, como o nome já diz, impunham um mínimo curricular para a formação superior de cada curso universitário. Esse mínimo curricular só podia ser complementado, mas não alterado. Até então, o curso de Jornalismo era autônomo, não uma habilitação;
- 2) Período de 1969 a 2000: a partir do ano que marca o início deste período, Jornalismo passa a integrar o curso de Comunicação Social como habilitação, ainda sob o currículo mínimo. Após essa última data, a formulação do currículo nas Instituições de Ensino Superior se torna mais flexível, ainda que se precise prever um ciclo básico para cada curso, a partir de Diretrizes Curriculares Nacionais;
- 3) Período de 2001 a 2012: em 2001, são publicadas as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Comunicação Social, do qual Jornalismo ainda é uma habilitação. Nesse caso, “se, antes, havia a imposição de um currículo mínimo, com as diretrizes, as instituições de ensino passaram a contar apenas com orientações para a composição das estruturas curriculares de seus cursos. Dessa forma, os cursos tiveram, pela primeira vez, a possibilidade de serem organizados de acordo com o perfil de egresso proposto no projeto pedagógico e com ampla liberdade para a escolha dos conteúdos” (ANTONIOLI, 2014, p.185).
- 4) Período a partir de 2013: nesse ano, foram publicadas as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo que, novamente, passa a ser um curso autônomo. A mudança foi marcada por intenso debate acerca dos novos currículos, que para seus defensores representava um resgate histórico das particularidades do *ethos* jornalístico — enquanto para seus opositores tratava-se de um retrocesso. É sob essas Diretrizes que o curso se encontra neste momento.

Os mais de 60 anos que separam o primeiro currículo mínimo e as últimas diretrizes vigentes, entretanto, não evitam suas coincidências e semelhanças, muito provavelmente pelo fato de que a percepção do que seja a essência da atividade jornalística não tenha sofrido muitas mudanças no último século - apesar de muitas práticas terem surgido ou sido modificadas desde a criação da internet. O que prevaleceu desde então (WARD, 2015) foi sobretudo uma teoria liberal da imprensa, que remonta ao século XIX, e a noção de objetividade estabelecida no século passado. Não por acaso essas foram épocas em que apareceram os códigos deontológicos, fomentadores da discussão sobre as

.....  
<sup>3</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf>. Acesso em 08/07/2018.

<sup>4</sup> Essa periodização foi construída pela autora do artigo. Há outras periodizações e outras possibilidades de classificar as fases dos cursos de Jornalismo.

condutas adequadas à prática jornalística, em que as primeiras associações profissionais da categoria cunharam “[...] princípios éticos que ainda são familiares para nós, como objetividade, publicar a verdade e independência editorial” (Idem, ibidem, n.p.).

Independente de toda a discussão crítica que possamos ter sobre esses valores hoje, especialmente ao que se mostra como o mais abstrato deles (a verdade), no que concerne a este artigo, interessa notar a necessidade da ética como pilar importante para a formação profissional, característica que vai marcar todos os documentos norteadores dos cursos superiores em Jornalismo no nosso país.

Longe de ser preocupação ou disciplina nova, é possível perceber que desde o primeiro currículo mínimo a ética foi apresentada como base para o ensino de Jornalismo, conforme Cláudia Peixoto Moura (2002) mostra no quadro abaixo:

**Figura 1. Quadro de matérias/disciplinas indicadas nos currículos mínimos de 1962 a 1984.**

**Quadro 10 – Matérias/Disciplinas indicadas na legislação**

PARECER Nº 323/62	PARECER Nº 984/65	RESOLUÇÃO Nº 11/69	RESOLUÇÃO Nº 03/78	RESOLUÇÃO Nº 02/84
Cultura Brasileira	Cultura Brasileira	Cultura Brasileira	Cultura Brasileira	(E) Cultura Brasileira
História e Geografia do Brasil	– História do Brasil – Geografia do Brasil	---	---	– (E) História do Brasil – (E) Geografia Econômica
Civilização Contemporânea	Civilização Contemporânea	---	---	---
Estudos Sociais e Econômicos	Estudos Sociais e Econômicos	– Sociologia – Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	– Sociologia – Problemas Socioculturais e Econômicos Contemporâneos	– Sociologia (Geral e da Comunicação) – Realidade Socioeconômica e Política Brasileira – (E) Realidade Socioeconômica e Política Regional
História da Cultura Artística e Literária	História da Cultura Artística e Literária	História da Cultura (meios de Comunicação)	---	– (E) História da Arte – História do Cinema (Cin.)
História da Imprensa (meios de difusão)	História da Imprensa (meios de difusão)	---	---	(E) História da Comunicação
Português e Literatura de Língua Portuguesa	Português e Literatura de Língua Portuguesa	---	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral (Tronco Comum e Parte Específica)
Língua Estrangeira Moderna	Língua Estrangeira Moderna	(E) Idiomas Estrangeiros	---	(E) Língua Estrangeira
Ética e Legislação da Imprensa	Ética e Legislação da Imprensa	Ética e Legislação dos Meios de Comunicação	– Deontologia dos Meios de Comunicação – Legislação dos Meios de Comunicação	Legislação e Ética do Jornalismo Legislação e Ética de Relações Públicas Ética e Legislação Publicitária Legislação e Ética da Indústria Editorial Legislação e Ética do Radialismo Legislação e Ética do Cinema
Técnicas de Jornal e Periódico	Técnicas de Jornal e Periódico	Introdução às Técnicas de Comunicação: a) Jornalismo Impresso, Rádio-fônico, Televisado e Cinematográfico; b) Telerrádiodifusão, Cinema e Teatro	– Técnicas de Codificação – Técnicas de Produção e Difusão	– Fotojornalismo – Planejamento Gráfico em Jornalismo – Radiojornalismo – Telecinejornalismo – Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística

Fonte: MOURA, 2002, p. 103.

Não se pode aferir com facilidade se essas disciplinas fizeram parte, de fato, de todos os cursos de Jornalismo ou de Comunicação Social-habilitação Jornalismo no Brasil, mas fica claro que essa era a indicação. No período entre 1969 e 1978 percebe-se, também, que a especificidade das atividades da imprensa jornalística foi suplantada pela tendência em tratar os meios de comunicação de forma geral, especificamente pela transformação de Jornalismo numa habilitação.

Eduardo Meditsch, um dos elaboradores das DCN de 2013, chama atenção para questões ideológicas que marcaram essa fase e que, com certeza, acabaram direcionando o currículo para a área da Comunicação - o que foi modificado parcialmente com o currículo mínimo de 1984, com a disciplina Legislação e Ética do Jornalismo. Segundo o autor, para essa vertente que potencializou o uso do termo comunicação em detrimento de jornalismo ou propaganda,

[...] os setores acadêmicos norte americanos financiados pelo setor de Guerra Psicológica, cunharam então o conceito de “comunicação para o desenvolvimento”, para substituir o ensino de jornalismo no terceiro mundo. A nova doutrina propunha que os países atrasados precisariam primeiro se desenvolver para depois alcançar a democracia. Nos países subdesenvolvidos, portanto, não caberia imitar um jornalismo nos moldes ocidentais, que ademais poderia alimentar conflitos que prejudicariam o seu desenvolvimento. Ao invés de jornalistas no sentido clássico, os países pobres precisariam de profissionais de um novo tipo, capazes ao mesmo tempo de dominar as linguagens dos diversos meios e de trabalhar de forma combinada com

informação, relações públicas, publicidade comercial e propaganda política, de fazer pesquisa científica para embasar suas atividades e de compreender a função da censura quando necessária ao desenvolvimento. Este profissional se chamaria “jornalista para o desenvolvimento” nos países do oriente, e “comunicador polivalente” na América Latina. As escolas de jornalismo se transformariam em escolas de Ciências da Informação, num primeiro momento, mas logo depois seriam padronizadas em todo o continente, por orientação do Ciespal, com o nome de escolas de Comunicação Social (MEDITSCH, 2015, p.69)

A visão da ética como um conjunto de regras a serem seguidas também marca esse período, em que ética, mais geral e filosófica, cede lugar à deontologia e ao ensino da legislação sobre os meios de comunicação, elementos mais palpáveis e objetivos em sua essência.

Em 2001 foram estabelecidas as primeiras diretrizes para o curso de Comunicação Social, com indicações menos precisas em relação a disciplinas, mas ética é listada como competência específica para o Jornalismo, novamente atrelada aos valores já descritos acima — embora a disciplina não seja obrigatória. De acordo com o documento, cabia ao egresso da habilitação

[...] buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania;  
- dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p.20)

Portanto, ainda que com pouca profundidade e em linhas gerais, nota-se que desde o currículo mínimo, a ética possui lugar, se não de destaque, pelo menos cativo, no que diz respeito às orientações acerca da formação jornalística.

## A ética nas DCN de 2013

As DCN de 2013 começaram a ser formuladas em 2009, visando o retorno ao Jornalismo como curso autônomo, não mais como habilitação de Comunicação Social. A mudança se deu em meio a intenso debate e acabou se consolidando em sua totalidade em 2016, prazo final para sua implantação.

No relatório de 2009, o posicionamento da comissão responsável pela sua elaboração se baseia numa perspectiva de que ao instituir o curso de Jornalismo como habilitação, incorreu-se em equívocos que deveriam ser evitados e que podem ser sintetizados nas seguintes passagens:

[...] os Cursos de Jornalismo estão referenciados pelas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social e suas habilitações”. Desde o título, e por todo o texto, as diretrizes em vigor conduzem a interpretações equivocadas, ao confundirem a área acadêmica da comunicação com os cursos de graduação voltados para a formação das profissões que dela fazem parte. É provavelmente um caso único de diretrizes formuladas para uma área, pois a Lei 9131, de 25 de novembro de 1995, estabelece em seu Art. 9º § 2º que as diretrizes devem ser formuladas “para os cursos”. [...] O Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho. A Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões (Comissão de Especialistas, 2009, p. 8-9)

O relatório, então, é uma defesa de que as Novas Diretrizes para o Jornalismo sejam calcadas na especificidade dessa profissão, deixando de lado a formação “polivalente”, que havia sido instituída sob o guarda-chuva comunicação.

Nessa especificidade, ainda em suas justificativas, é interessante notar a defesa realizada pelos membros da comissão sobre o papel da ética para o exercício adequado da profissão. Assim, afirma-se que

Para reforçar a dignidade do Jornalismo e da profissão, é indispensável uma noção de Ética vinculada às razões da Vida e da Cidadania.

Numa profissão em que a liberdade de informar constitui requisito essencial e numa atividade em que a independência editorial representa fundamento basilar, e em que os valores do interesse público se tornam vetores determinantes das decisões cotidianas, as razões das escolhas têm de resultar evidentemente da consciência cívico-social. (Comissão de Especialistas, 2009, p. 7)

Além disso, define-se a ética a partir dos direitos expostos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, tomando-a como base ideal para a percepção do Jornalismo como agente social.

A Ética que interessa à sociedade e ao Jornalismo é aquela definida e sintetizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. É o ideário de um mundo a construir e o compromisso politicamente assumido de construí-lo. É, também, o referencial cultural mais avançado e sábio a que o Jornalismo e os Jornalistas se devem ater, na relação crítica com a realidade próxima a transformar. (Comissão de Especialistas, 2009, p. 7)

Tal orientação aparece de maneira consolidada nas DCN de 2013, tanto na descrição das aptidões, competências e habilidades que o egresso do curso de Jornalismo deve apresentar quanto na delimitação das particularidades que dizem respeito à elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos a partir de sua reelaboração. Entretanto, não há, sem que se conheça o relatório anterior, nenhuma menção ao que se considera a formação ética neste âmbito profissional, ou o que seria a definição de ética adotada. Nas DCN atuais (BRASIL, 2013), a palavra ética/ético é citada nas seguintes situações:

1. No que diz respeito à formação: “O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva” (p.2);
2. Em relação à formulação do projeto pedagógico: “[...] Art. 4º A elaboração do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos: I - formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento” (p.2);
3. Como competência geral: “distinguir entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais”; “[...] atuar sempre com discernimento ético” (p.2-3);
4. Como competência cognitiva: “compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade” (p.3);
5. Como competência comportamental: “[...] identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo; [...] conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão; [...] avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas”; conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão; [...] avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas” (p.4);
6. Como parte do eixo de fundamentação específica: “[...] Eixo de fundamentação específica, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes” (p.5).

Esses trechos revelam que a questão ética se impõe nas diretrizes, mais uma vez, como elemento essencial do *ethos* jornalístico, sendo exigida em sua formação e nas competências e habilidades do

estudante e egresso das Instituições de Ensino Superior.

De forma menos explícita, ainda, nota-se que há uma preocupação grande em estabelecer parâmetros para o exercício ético do jornalismo em várias passagens que expressam modelos de conduta para que possam ser aferidas as competências esperadas. Dessa forma, um trecho diz que deve ser competência geral:

[...] compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2013, p.18)

Somando-se as orientações de conduta e de competências, percebe-se o alinhamento das diretrizes ao relatório prévio escrito pela comissão responsável pela proposição das modificações no ensino de Jornalismo: o norteamento da práxis ética é aquele expresso pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (visão bastante próxima de uma deontologia, mais do que de uma ética que se constrói, mutável). Junto a isso, pode-se perceber também um alinhamento ao paradigma da imprensa como watchdog, expresso sobretudo no eixo de fundamentação humanística, em que se defende:

[...] capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana. (BRASIL, 2013, p.5)

Portanto, implícita ou explicitamente, a ética é componente de relevância nas DCN de 2013 e naquilo que se espera do jornalista egresso do ensino superior. Obviamente, pela própria natureza desse tipo de documento, não há nenhuma conceituação de ética nem de que forma os ideais de competência devem ser desenvolvidos - o que, neste último caso, cabe ao Projeto Pedagógico.

## A ética nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Jornalismo no Centro-Oeste

A análise que ora se apresenta é focada nos quatro cursos de Jornalismo oferecidos pelas universidades públicas do Centro-Oeste, selecionadas pela representatividade, tradição, e pelo critério de regionalização. São elas: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Nessas instituições, os cursos de Jornalismo foram criados já a partir da habilitação: UnB (1971), UFMS (1989) e UFMT (1990). A exceção é o curso da UFG, fundado em 1968, mas que logo perdeu seu caráter autônomo.

Respeitando, entretanto, as datas de fundação indicadas acima, iniciamos a análise dos projetos pedagógicos de Jornalismo das referidas instituições pela UFG.

Em sala de aula, sabemos que as dinâmicas adotadas e a forma de se abordar e aprofundar um conteúdo é bastante variável. Aqui, nosso objetivo é analisar apenas o que se encontra descrito nos Projetos Pedagógicos das universidades e realizar inferências sobre ele, tentando compreender sinais de como a ética é tratada e compreendida por esse documento.

## UFG

O Projeto Pedagógico do curso de Jornalismo da UFG é apresentado em documento de 85 páginas e traz na exposição geral dos motivos que dizem respeito à sua formulação, a noção de ética na qual está embasada sua construção: aquela que está prevista na Declaração Universal do Direitos Humanos. Contudo, essa não é uma definição clara, posto que a Declaração não define ética, mas esclarece, como seu nome diz, aqueles que são os direitos universais dos seres humanos. Há, assim, um julgamento moral subjacente à Declaração, mas não exatamente uma definição de ética. Esse é um padrão que se repete nos três outros projetos pedagógicos analisados aqui. De certo, não é função dos projetos pedagógicos ofertarem conceitos, mas aqui se apresenta um código moral, a Declaração, como um documento capaz de definir, por si só, a ética esperada do egresso do curso de Jornalismo.

A ética é, também, uma competência, habilidade a ser desenvolvida ao longo da formação em Jornalismo, o que está em concordância com as diretrizes de 2013 e com a própria dinâmica da reflexão ética<sup>5</sup>, posto que esta categoria não se trata de um elemento natural, mas a “[...] prática de refletir sobre o que vamos fazer e sobre os motivos pelos quais vamos fazê-lo” (SAVATER, 2016, p.20).

Há no projeto pedagógico da UFG uma intenção de que quatro vertentes no ensino estejam integradas e que a ética seja uma delas. Assim, afirma-se:

Neste projeto pedagógico, esses fundamentos articulam-se de forma interdisciplinar e por meio de uma intrínseca relação entre teoria e prática. As diferentes disciplinas e práticas pedagógicas integram ética, estética, técnica e teoria, seja em aulas de preleção, seja em atividades laboratoriais, de pesquisa e de extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017, p.12)

Nesse sentido, há uma série de observações sobre as articulações docentes para que esse objetivo possa ser alcançado:

- a) O planejamento conjunto dos docentes do curso, visando à definição de projetos de ensino, pesquisa e extensão baseados em conhecimentos compartilhados pelas diferentes filiações teóricas e experiências profissionais desses docentes.
- b) A inserção no plano de ensino de componentes curriculares eminentemente de preleção de análises de casos práticos no âmbito do Jornalismo, além das tradicionais abordagens teóricas.
- c) A inserção no plano de ensino de componentes curriculares eminentemente laboratoriais de reflexão teórica quanto às políticas de produção adotadas.
- d) A promoção de encontros periódicos entre professores primariamente vinculados ao curso com aqueles vinculados a outros departamentos, especialmente às áreas de ciências humanas, sociais e de linguagem, visando a integração dos conteúdos ministrados por estes últimos no âmbito do Jornalismo.
- e) A realização de eventos que prestigiem a presença de profissionais do mercado da comunicação e da informação, a fim de que o ambiente acadêmico se atualize em relação às novas competências do mundo do trabalho.
- f) Ter compromisso com a leitura e compreensão da realidade local, em que o curso e os estudantes (futuros jornalistas) estão inseridos, na perspectiva de gerar produtos jornalísticos que tenham consonância com as demandas locais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017, p.13)

Subentende-se que, apesar de não haver diretrizes específicas para a conexão entre esses conteúdos nas orientações acima, que estas aparecem ou aparecerão nas dinâmicas próprias às ações de sala de aula, laboratoriais, de pesquisa ou extensão.

Na grade curricular, as breves expressões sobre ética se concretizam de modo mais visível na disciplina responsável por abordá-la como conteúdo. Na UFG, a disciplina se mescla à legislação, sob a denominação Ética e Legislação da Comunicação. Desse modo, a disciplina se coloca sob o

5 O que será repetido nos outros projetos pedagógicos.

termo mais amplo comunicação, sendo ofertada no segundo semestre, com quatro créditos, dividindo espaço com as disciplinas do quadro abaixo:

**Figura 2. Componentes do segundo período do curso de Jornalismo da UFG**

SEGUNDO PERÍODO			
Produção em áudio	02	NE	FIC
PTJ II	04	NE	FIC
Fotografia Básica	04	NC	FIC
Ética e legislação da Comunicação	04	NE	FIC
Cibercultura	02	NC	FIC
Política Brasileira	04	NC	FCS

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017.

A ementa diz:

Definições de ética, moral e moralidade. Direito à informação e à comunicação e fundamentos da democracia contemporânea. Responsabilidade e controle social. Interesses públicos e privados. Liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Conflitos de interesse entre o jornalista, a empresa, a fonte e o público. Código de ética da atividade jornalística no Brasil. Legislação profissional: direitos e deveres do jornalista brasileiro. Legislação da Comunicação: Código Brasileiro de Telecomunicações, radiodifusão, teledifusão e direito de imagem. Crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação) e direitos autorais na atividade jornalística e nas redes sociais.

Bibliografia Básica: BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética no jornalismo. São Paulo: Contexto: 2008. TÓFOLI, Luciene. Ética no jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar: ABRAMO, Cláudio. A regra do jogo : o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na comunicação. São Paulo: Summus, 2008. BITELLI, Marcos Alberto Sant'anna (org.). Coletânea de legislação de comunicação social. São Paulo: RT, 2010. KARAM, Francisco José. A ética jornalística e o interesse público. São Paulo: Summus Editorial, 2004. KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Perseu Abramo: UNESP, 2005. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2017, p.62-63)

Há em sua organização, dois pólos nítidos: um mais teórico e deontológico, versando sobre definições e dilemas contemporâneos do jornalismo; e outro fixado na legislação, como se torna inevitável quando se une os dois conteúdos (ética e legislação). A divisão nesses dois âmbitos organiza a disciplina de forma que ela não se torne meramente deontológica ou focada apenas no ensino da legislação. Ao oferecer ao estudante uma base teórica e filosófica adentrar os conteúdos legais, a construção da disciplina pela ementa sugere um percurso em que o aluno conseguirá refletir acerca da legislação, não apenas decorá-la. Apesar do termo comunicação ainda ser utilizado no nome da disciplina, a bibliografia sugere que seu desenvolvimento em sala de aula está orientado especificamente ao jornalismo.

## UnB

Em suas primeiras linhas sobre ética, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Jornalismo da UnB relembra que uma das intenções da Comissão responsável pelas DCN em recriar a autonomia dos cursos de Jornalismo no Brasil era trazer de forma mais homogênea a distribuição pelo país



de disciplinas consideradas de formação geral e indispensáveis à profissão, como ética. É o Projeto Pedagógico mais econômico ao abordar ética, o que é feito brevemente.

Em concordância com a necessidade premente da formação ética, afirma que “[...] O curso preocupa-se com a formação de cidadãos que atuarão em suas comunidades, desenvolvendo formação humanística, atentando para as responsabilidades éticas, formais e tecnológicas” (p. 41) e que o jornalista deve “[...] buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015, p. 42).

Cita-se no PPP também as DCN de forma direta, com os mesmos itens acerca da ética que se encontram no PPC da UFG, mas o discurso é construído de modo mais genérico, com poucos assinalamentos de como a ética deve ser abordada fora da especificidade da disciplina que lhe cabe, denominada Ética e Jornalismo, e que substituiu a anterior Ética na Comunicação, destinada às habilitações de Publicidade e Propaganda e Audiovisual.

A disciplina de quatro créditos, entretanto, se encontra já no segundo semestre do curso o que pode denotar uma visão de que seu ensino será norteador em situações que possam ocorrer em semestres mais adiantados, servindo como base para as atividades práticas em jornalismo.

**Figura 3. Disciplinas do segundo período do curso de Jornalismo da UnB**

Disciplinas	Pré-requisito de:	Créditos	C.H.	Teórica	Prática
Período 2					
Processos Gráficos em Jornalismo	Introdução ao Jornalismo	4	60	45	15
Ética e Jornalismo	Introdução ao Jornalismo	4	60	45	15
Teorias da Comunicação	Introdução a Comunicação	4	60	60	0
Fotojornalismo	Introdução ao Jornalismo	4	60	30	30
Apuração e texto jornalístico 1	Introdução ao Jornalismo	4	60	15	45
Introdução à Sociologia (seletiva obrigatória) ou Introdução à Filosofia (seletiva obrigatória) ou Introdução à Economia (seletiva obrigatória) ou Introdução ao Estudo da História ou Introdução à Ciência Política		4	60	60	0
Carga horária do semestre		24	360	255	105

Fonte: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015.

A ementa sintetiza o conteúdo programático da seguinte forma:

Ética, sociedade e jornalismo. Noções e conceitos: moral, decoro, ética e deontologia. Ética e interesse público. Jornalismo, responsabilidade social e cidadania. Ética na Comunicação (setores corporativos, patronais e trabalhistas). Códigos deontológicos. Jornalismo e estudos de casos de dilemas éticos. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015, p. 116)

Percebe-se um caminho que parte do geral para o particular, dedutivo, com um construto teórico e conceitual, passando pelas organizações, códigos deontológicos até chegar em casos específicos que tratem de dilemas éticos profissionais. O fato de não ser associada à legislação possibilita um aprofundamento maior sobre questões éticas independentes de legalismo, o que é um ganho sob o ponto de vista das reflexões atuais sobre ética e filosofia moral.

A bibliografia é focada essencialmente em obras que transitam entre a comunicação e o jornalismo, com poucos livros mais gerais, o que demonstra uma bem marcada transição de habilitação para curso autônomo.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética no jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. O método 6: ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.

SILVA, Luiz Martins da. Ética na Comunicação. Brasília: Casa das Musas, 2013.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na comunicação. São Paulo: Summus, 2008.

CORNU, Daniel. Ética da informação. Bauru: Edusc, 1998.

GOMES, Mayra Rodrigues. Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores. São Paulo: Escrituras, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

TOFFOLI, Luciene. Ética no jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

(UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015, p. 117)

Por fim, observa-se que há a presença de conteúdos vinculados à ética em três disciplinas: Assessoria de Comunicação, Jornalismo em Rádio e Fotojornalismo. Ética e Jornalismo não é pré-requisito para nenhuma disciplina.

## UFMS

O Projeto Pedagógico do curso de Jornalismo da UFMS, pouco extenso, logo na descrição de seus objetivos aponta a ética como elemento para a formação de seus egressos: “Contribuir com a formação de um ser-profissional tecnicamente competente, eticamente comprometido e responsável para atuar de forma crítica e efetiva na sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2015 p. 11).

Retoma, mais à frente, as DCN de 2013 e reforça as competências discriminadas por elas, repetindo a necessidade da formação ética para o profissional de Jornalismo e afirma:

O jornalista que se pretende, portanto, será o homem tecnicamente competente, deverá ser capaz de incomodar-se/indignar-se, de solidarizar-se com as dores universais, para, com sua atuação, compreender os fenômenos e levar essa compreensão ao público. Se comprometido com a sociedade – e não somente com o mercado que o emprega –, pela sua postura ética-reflexiva, terá como permanente a busca pela elevação de sua consciência – o alargamento de sua visão de mundo – que lhe permitirá ser mais que um produtor/reprodutor de informações, mas ser-profissional comprometido e humanizado que contribui com a construção do mundo, ao mesmo tempo em que se constrói por influência do mundo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 15)

A partir daí, as observações sobre questões referentes à moral e ética se afastam um pouco do texto replicado das DCN entendendo que jornalista deve ser responsável pelos seus atos.

Essa responsabilidade moral – autoria – está vinculada aos princípios éticos do jornalismo e, necessariamente, do jornalista – um ser humano. Bertrand Russell destaca que “todos nós somos aquilo que as circunstâncias fizeram de nós mesmos”. Em seus estudos sobre a ética e a moralidade, o autor enfatiza que as escolhas do ser humano para suas aspirações de liberdade e bem-estar decorrem de um quadro de referência determinado pelas condições histórico-sociais [...] Essa postura reflexiva (hegemônica e contra-hegemônica) coloca-se, portanto, como um aspecto indispensável ao jornalista para a sua tarefa de atribuir significados aos fenômenos. Pelo exercício ético, com a elevação do seu nível de consciência, poderá melhor pensar-expressar, compreender e levar a compreensão à audiência, como autor e responsável moral por seus fazeres e compromissos. Com a ampliação contínua do seu quadro de referência – seu nível de consciência – seus fazeres poderão constituir, mais que “notícias”, os relatos humanizados e humanizadores que promovam o debate, que contribuam com a inter-relação de pessoas com quadros de referências diferentes. [...] Se este compromisso constituir um propósito, um dever e um querer-

fazer do jornalista, ele estará contribuindo para estender ao seu público o exercício ético do qual participa diuturnamente. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 16)

O texto que se segue também se apresenta como alinhado à compreensão de ética associada à percepção do outro, da alteridade e de seu caráter indissociável do *ethos* jornalístico: “no aperfeiçoamento ético está a âncora do fazer jornalístico, que também lhe permite a sintonia e a cumplicidade com o universal – compaixão, solidariedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 16). O projeto pedagógico ainda se assenta sobre a visão de que a ética é o mecanismo pelo qual a formação acadêmica se afasta do tecnicismo e possibilita a reflexão mais profunda sobre o fazer jornalístico. Dessa forma, afere-se, num primeiro momento, a posição privilegiada da ética na proposta do que é o curso de Jornalismo da UFMS, que objetiva a prática da reflexão contínua, em detrimento da simples aplicação de técnicas. “O relato jornalístico, assim, não é *produto* de simples execução de técnicas narrativas, mas *fruto amadurecido* da observação apurada, da reflexão dedicada e da emoção solidária do comunicador” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2015, p.17, grifos no original).

No que diz respeito à estrutura curricular, a responsável por esse conteúdo é a disciplina Ética e Legislação em Jornalismo, com carga horária de 68 horas e integrante do Eixo de Fundamentação Específica (preconizado pelas DCN), sendo lecionada no 5º semestre, ou seja, na segunda metade do curso, conforme descrito abaixo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2015, p.20):

Figura 4. Disciplinas do 5º semestre do curso de Jornalismo da UFMS.

<b>5º SEMESTRE</b>				
Semiótica	68	-	68	
Legislação e Ética em Jornalismo	68	-	68	
Ciberjornalismo	34	-	34	Entrevista e Pesquisa Jornalística
Jornal Laboratório II	-	51	51	Jornal Laboratório I
Laboratório de Radiojornalismo I	-	51	51	Radiojornalismo
Laboratório de Telejornalismo I	-	51	51	Telejornalismo
<b>SUBTOTAL</b>			<b>323</b>	

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2015.

A ementa da disciplina e sua bibliografia são apresentadas da seguinte maneira:

LEGISLAÇÃO E ÉTICA EM JORNALISMO: A regulamentação profissional na área jornalística. Questões éticas nas relações jornalista-público, jornalista-fonte e jornalista-jornalista. A legislação de imprensa e o código de ética no Brasil e em outros países. Ética e mudanças tecnológicas. Bibliografia Básica: BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética no jornalismo. SP: Contexto, 2008. DUPAS, Gilberto. Ética e poder na sociedade da informação. 2ª ed. Revista e ampliada. SP: Unesp, 2001. KARAM, Francisco J. Jornalismo, ética e liberdade. São Paulo: Summus, 1997. RIBEIRO, ALEX. Os abusos da imprensa: caso Escola Base. São Paulo: Ática, 1995. Bibliografia Complementar: CHRISTOFOLETTI, Rogério. Coleção *objEthos* de Códigos Deontológicos. Observatório da Ética Jornalística da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: [www.objethos.ufsc.br](http://www.objethos.ufsc.br). GOMES, Wilson. Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. v.1. Florianópolis: Insular, 2009. RAMONET, Ignacio. A tirania da comunicação. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2015, p.32)

Apesar da importância que a ética encontra nos parágrafos anteriores do projeto pedagógico, a ementa direciona a disciplina para questões mais normativas e deontológicas da profissão, o que se torna mais premente provavelmente pelo fato da disciplina ser uma junção entre um conjunto de questões filosóficas que dizem respeito à ética e mecanismos mais rígidos de contratos sociais, como as leis e regulamentações. A bibliografia, ao contrário, está focada na reflexão mais geral sobre ética e, fora a obra de Christofolletti, não contempla nem legislação nem códigos de ética, o que demonstra certa dissintonia entre o que se propõe as formas de se chegar até o conteúdo.

Por fim, cabe assinalar que outras disciplinas trazem ética como conteúdo em suas ementas: Fotójornalismo, Jornalismo Esportivo e Laboratório de Ciberjornalismo I.

## UFMT

O Projeto Pedagógico do curso de Jornalismo da UFMT, assim como os anteriores, indica o comprometimento do curso de Jornalismo em formar profissionais éticos, partindo inicialmente do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, segundo o qual

[...] além da dimensão cognitiva, as dimensões ética, estética, cultural e política, [...] e o compromisso com a formação para a cidadania. Também uma formação capaz de responder às exigências do mundo do trabalho com a preparação de um profissional [jornalista] capaz de ver, ouvir, entender, interpretar, criar, decidir, liderar e conviver com processos em permanentes transformações. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 2017, p.21-22)

Além do PDI, o PPC de Jornalismo da UFMT se baseia nas resoluções que se apresentam, em sequência, afirmando o compromisso com a formação ética de seu egresso:

1. Formar profissionais do Jornalismo com competência teórica, técnica, tecnológica, ética e estética para atuar criticamente na profissão, na pesquisa e na sociedade (Resolução CNE/CES Nº 1, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação, Art. 4º, Inciso I);
2. Enfatizar o domínio científico, de sorte que o profissional formado neste curso possa produzir pesquisas, conceber, executar e avaliar projetos inovadores para o campo jornalístico tanto na sua vertente profissional quanto na sua vertente epistemológica (Resolução CNE/CES Nº 1, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação, Art. 4º, Inciso II);
3. Preparar profissionais para a prática da profissão dentro de padrões, competências e habilidades internacionalmente reconhecidos (Resolução CNE/CES Nº 1, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação, Art. 4º, Inciso III);
4. Orientar o estudante para o compromisso com a liberdade de expressão, o direito à informação, o valor e a dignidade do exercício profissional e para a defesa incontestada do interesse público e dos valores democráticos (Resolução CNE/CES Nº 1, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação, Art. 4º, Inciso IV). (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 2017, p.28)

Há poucas referências explícitas ao que delimitam as DCN no tocante à ética, mas o lugar da disciplina que se ocupa deste conteúdo é assegurado sob a denominação Ética e Deontologia do Jornalismo<sup>6</sup>, ofertada no quarto semestre, tendo como pré requisito Sociologia da Imprensa.

.....  
6 A disciplina substituiu Direito e Ética em Jornalismo.

Figura 5. Disciplinas do 4º semestre do curso de Jornalismo da UFMT

eti deo jor Cod: 106009359 Teórica 32 CH
cob cor inte Cod: 106009360 Teórica 32 CH
jor rev Cod: 106009361 Teórica/Prática 32 CH
met per cie jor Cod: 106009362 Teórica 32 CH
nar for lit jor Cod: 106009363 Teórica 32 CH
tec tele Cod: 106009364 Teórica/Prática 64 CH
foto II Cod: 106009365 Teórica/Prática 32 CH

Fonte: <http://sistemas.ufmt.br/matrizcurricular/index.htm#campus=1&curso=233&estrutura=20181%7C99999>. Acesso em 10/11/2018.

O PPC da UFMT é o mais detalhado quanto às especificidades dessa disciplina, apresentando, inclusive, seus objetivos, a saber:

Conceituar e diferenciar ética e moral em uma perspectiva filosófica; contextualizar as diferentes correntes no campo de atuação do Jornalismo; debater sobre dilemas éticos enfrentados pelo jornalista; discutir os conflitos de interesse que permeiam o Jornalismo na sua relação com a economia e a política. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 2017, p.335)

Os objetivos se associam à ementa aponta para uma construção da disciplina cujo trânsito se dê entre um suporte conceitual e deontológico:

Ética, Moral e Deontologia, conceitos fundamentais; Ética do conteúdo noticioso; Editorias e conflitos internos de interesse; Ética e credibilidade; Ética e manipulação; Documentos pioneiros da Deontologia Jornalística; Os códigos deontológicos; Veracidade, privacidade e honradez; Os instrumentos de autorregulação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 2017, p.336)

O duplo suporte é sustentado também pela bibliografia, com obras gerais advindas da Filosofia, bem como obras específicas sobre ética no Jornalismo.

ABRAMO, Cláudio. A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Nova Cultural, 1987. BUCCI, Eugênio. Sobre Ética e Imprensa. São Paulo: Cia da Letras, 2000. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 14.ed. São Paulo: Ática, 2011. DINES, A.

O papel do jornal: uma releitura. 6.ed. São Paulo: Summus, 1996. ESPINOSA, Baruch de. Ética. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Ética. 34.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, 2017, p.301)

Apesar do detalhamento maior, o PPC é econômico ao utilizar os textos das DCN - e também não se desfia por muitas linhas acerca do peso da disciplina e seu conteúdo na formação profissional. Mas a observação transversal da matriz curricular aponta para a sua importância: Ética e Deontologia do Jornalismo é pré requisito para várias outras disciplinas. São elas: Crítica das Mídias Jornalísticas, Jornalismo em Meios Públicos e Alternativos, Jornalismo Audiovisual, Jornalismo Cultural, Audiojornalismo, Jornalismo em Mídias Digitais, Legislação Brasileira em Jornalismo e Mídia, Administração de Produtos Editoriais, Jornalismo Político, Produção e difusão em Audiojornalismo, Jornalismo Ambiental e meio ambiente, Jornal Laboratório, Jornalismo econômico, Jornalismo científico. Produção e difusão em Telejornalismo.

Essa transversalidade demonstra que se compreende, no projeto pedagógico do curso de Jornalismo da UFMT, a impregnação do fazer jornalístico acertado pela prática ética, que não pode ser confinada a apenas uma disciplina, mas compreendida como ação/reflexão contínua.

## Conclusão

Os quatro projeto pedagógicos analisados neste artigo apresentam, ao mesmo tempo, confluências e dispersões no que diz respeito ao ensino da ética nos curso de graduação em Jornalismo em suas respectivas instituições. A mais importante confluência é aquela preconizada pelas DCN - e que representa uma continuidade naquilo que se espera do jornalista desde o primeiro currículo mínimo: um profissional ético.

A presença das disciplinas relacionadas à ética, mesmo sem uma obrigatoriedade direta, é reflexo do entendimento de que os princípios éticos são indissociáveis da atividade jornalística e devem servir como bússola na formação acadêmica. Não há dúvidas de que esse é um ponto fulcral tanto nas DCN quanto nos documentos analisados.

No esforço de delimitação dessa importância, entretanto, não há uniformidade nos projetos analisados. Alguns são mais descritivos (caso da UnB) enquanto outros marcam a necessidade de reflexão ética não só na disciplina-chave destinada especificamente a esse conteúdo, inserindo-a transversalmente em vários componentes curriculares (como no caso especial da UFMT).

Na construção das disciplinas-chave, há ainda uma percepção que as liga diretamente à legislação (metade dos projetos analisados: UFG e UFMS), inclusive em sua designação; enquanto na metade restante há uma independência maior dos conteúdos no que se refere às leis (UnB e UFMT), voltando-se mais a uma abordagem moral.

Ainda assim, o que se nota é que nos quatro casos apresentados, há uma tendência em vincular as disciplinas a um escopo deontológico, que ofereça ao estudante um norte mais ou menos claro sobre condutas profissionais. Essa posição fica bem explícita na disciplina da UFMT (Ética e Deontologia do Jornalismo), mas é perceptível nas três outras instituições.

Desse modo, as disciplinas assumem um currículo que tenta associar a reflexão filosófica à legislação e à deontologia do Jornalismo, entendendo esse direcionamento como fundamental e imprescindível no bacharelado para a área.

Ou seja, antes de representar uma ruptura com as DCN anteriores, a aplicação daquela de 2013 representa uma continuidade na percepção do *ethos* jornalístico, cujos elementos centrais incluem a palavra que deriva do termo grego para designar o caráter individual ou de uma coletividade: ética.

Pela própria natureza dos documentos avaliados, não se apresenta uma linha mais aprofundada de aproximação a essa ética. Contudo, apreende-se que o lugar da matéria segue como baliza vital para se exercer e assimilar o jornalismo como processo cultural-social (GROTH, 2011) que precisa ser compreendido a fundo por aqueles que o exercem.

## Referências

- ANTONIOLI, Maria Elisabete. Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional. **Rebej: Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 4, p.182-197, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.fnnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/368/229>>. Acesso em: 05 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO**. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Superior. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. **Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 7 jun. 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PARECER CNE/CES 492/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação**. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- MEDITSCH, Eduardo. A aplicação das novas diretrizes curriculares: oportunidade para o reencontro do Ensino de Jornalismo com o que foi perdido em sua História. In: ALMEIDA, Fernando Ferreira; SILVA, Robson Bastos da; MELO, Marcelo Briseno Marques de (Org.). **O ensino de comunicação frente às Diretrizes Curriculares**. São Paulo: Intercom, 2015. p. 64-103.
- MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas Diretrizes Curriculares**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. 344 p. (Comunicação).
- GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SAVATER, Fernando. **Ética urgente**. São Paulo: Edições Sesc, 2016.
- WARD, Stephen J. A.. **The invention of journalism ethics: The path to objectivity and beyond**. Chicago: Mcgill-queen's University Press, 2015. n.p. (Livro Kindle).
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Jornalismo**. Brasília: Faculdade de Comunicação, 2015.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Goiânia: Faculdade de Informação e Comunicação, 2015.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Goiânia: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Mato Grosso do Sul: Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, 2015.

